



**Bernard Lewis: discurso orientalista e construção de conhecimento em “Os Árabes na História”.**

## 1 – Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar trechos do livro *Os Árabes na História* (LEWIS, 1990), especificamente aqueles que compreendem os capítulos V (O Império Islâmico) e VI (A Revolta do Islão) e que dizem respeito à ascensão do califado Abássida e seu desenvolvimento em áreas como Irã, Iraque, Península Arábica e norte da África. Como seu discurso e pensamento se encaixam na ótica da “instituição autorizada a lidar com o Oriente” (SAID, 2007:29) ou na “representação de outras culturas, sociedades, histórias; [na] relação entre poder e conhecimento” (SAID, 2003:61) – ou seja, no Orientalismo e seus desdobramentos – é o que será debatido.

Lewis, historiador britânico nascido em 1916, soldado inglês na Segunda Guerra Mundial e figura procurada para aconselhamentos oficiais por parte do governo Bush, dedicou sua vida acadêmica ao estudo do Islã e suas relações com o Ocidente. Sua abordagem em direção a esse tema, como pensa Edward Said em *Orientalismo*, demonstrava que o Islã deveria ser investigado sem levar em consideração a economia, a política e a sociologia dos povos islâmicos (SAID, 2007:156). Um apanhado de fatos e histórias que só se conectam abstratamente, sem que o peso de seus acontecimentos afete o mundo ou vice e versa.

Além disso, o estudo proposto por Lewis desconsideraria o impacto do colonialismo e o desenvolvimento histórico dentro dos limites do Islã. Tal é a despreocupação com os processos históricos que Lewis afirma no prefácio do texto aqui analisado:

O que se segue não é tanto uma história dos Árabes quanto um ensaio interpretativo. Mais do que condensar uma tão vasta matéria num enunciado árido de datas e de eventos, procurei isolar e analisar alguns aspectos fundamentais – o lugar ocupado pelos árabes na história da humanidade, a sua identidade, os seus empreendimentos, e os traços mais salientes das diferentes épocas de sua evolução. Num trabalho desta natureza, não é possível nem desejável indicar as



fontes de cada um dos fatos ou interpretações referidos (LEWIS, 1990:11).

O título do livro – “Os Árabes na História” – já mostra a intenção do historiador: apresentar, emoldurar, retratar os árabes na história. O manuscrito não se chama “A História *dos* Árabes”, nem “O Desenvolvimento *dos* Árabes”. Não há ideia de movimento nem de processo no que propõe Lewis. Para corroborar o título, a primeira linha do prefácio nos traz a informação de que o que se pretende não é uma história, mas um ensaio interpretativo. Logo analisaremos isso.

### 1.1 – O Trabalho do Historiador

O trabalho do historiador é, entre outras tarefas, selecionar e amarrar fatos históricos sob uma chave interpretativa que lhes confira fluidez e explicações. Deve entender o desenvolvimento político, econômico e cultural de sua época e de outras, conectá-los e dar-lhes um fio narrativo teórico capaz de organizar um pouco o caos que o presente parece ser. Para isso, um condensar rigidamente metodológico é necessário, já que, ao fazê-lo, o investigador mescla, mistura, experimenta. O prefácio acima mostra uma inclinação para o isolamento de fatos fundamentais e posterior análise. Ora, o puro isolamento de um fato termina por apenas retratá-lo. Tanto a fotografia quanto a pintura produzem belos retratos, sem dúvida; existem técnicas que conseguem conferir emoção à tez do retratado, posições, iluminações e truques de cenário que convertem rostos em obras primas. Porém, muitos dos retratos mais famosos nos chamam a atenção pelo grau de mistério que produzem, pela incompletude de seu traçado, pelo sentimento apenas parcialmente revelado nos olhos da pessoa representada. Justo: a arte fascina os seres humanos por vias em que as palavras não passam. Nesse âmbito, explicações são facultativas.

No entanto, quando outras representações estão em pauta, como a História, e em outros âmbitos narrativos, como a escrita, a explicação e a crítica devem ser recursos prontos para lançar luz no que nos produz dúvida e incômodo. Um

retrato de fato histórico não lhe confere movimento suficiente para que seja interpretado por um pesquisador, ou seja, não se relaciona com outros aspectos do mundo e, assim, não produz evidências – pontos de apoio para o alpinista que deseja subir a montanha, e não apenas dar-lhe a volta, por mais bonito que a paisagem seja.

Ainda que os aspectos fundamentais que Lewis queira analisar sejam verdadeiramente fundamentais, o seu fundamento se perde no momento em que é isolado. Analisar o isolado é contemplação, e não análise. Por contemplar sem arriscar lançar os fatos sociais no caos do mundo – e conectá-los ao caldo mundano dos acontecimentos – é que produzimos tipificações. Por isso é que os traços de muitas culturas são classificados como se cada fato e momento tivessem um molde de onde vieram. Então nos deslumbramos mais com o casulo do que com a borboleta.

Na última linha do primeiro parágrafo, lemos que também se deseja isolar e analisar os “traços mais salientes das diferentes épocas da sua evolução”. Em nenhum momento menciona-se a ideia de entender como essas diferentes épocas ocorreram, que forças sociais moveram as engrenagens das mudanças. Ao contrário, o plano é sempre tipificar, olhar para o mais saliente. Que tipo de produção de conhecimento podemos esperar de pesquisadores que lançam mão de ferramentas como essas? Certamente não o conhecimento desejado por Said - “não autoritário, não coercitivo num cenário profundamente inscrito na política [...] e nas estratégias de poder” (SAID, 2003:63), como proposto em seu ensaio *O orientalismo reconsiderado*. Em verdade, mais do que proposto, é colocado como um desafio, uma pergunta que o autor faz a ele mesmo e a seus pares, para que repensem a necessidade que tem cada cultura de falar por si, para que tenha ela a chance intransferível de interpretar sua própria realidade histórica.

Ainda com o prefácio em mente, o segundo parágrafo nos surpreende com a afirmação de que não é possível nem desejável citar as fontes de pesquisa<sup>1</sup>. Em uma pesquisa histórica, geográfica, literária ou de qualquer outra natureza,

---

<sup>1</sup> A edição de 1990, usada neste texto, apresenta uma “Orientação Bibliográfica”, porém sem indicações de fontes primárias.

o leitor está disposto a ter contato com a visão do autor acerca de algum tema. Porém espera humildade e sinceridade do pesquisador para que sejam expostas as fontes que utilizou para basear seus argumentos e críticas.

Mas as intenções de Lewis vão mais longe. Além de impossível, é indesejável a exposição das fontes de sua pesquisa. Ora, o *não querer* parece ser fator mais forte do que a impossibilidade de indicar as fontes. Se ele as usou, é porque elas existem em algum suporte. Porém a conveniência de omitir fontes é recurso sempre à mão quando se deseja evitar verificação de prova, ou seja, material que pudesse servir para um confronto de ideias e que, finalmente, ameaçasse a estrutura de autoridade de quem as omite.

A obra *O Jogo das Contas de Vidro* (HESSE, 1969) aborda, entre muitas temáticas, a questão do estudo do passado para um razoável entendimento do mundo presente. Em específico, a necessidade de se recorrer diretamente às fontes, especialmente primárias. Em diálogo com o Padre Jacobus, Joseph Knecht é encorajado a estudar história:

Ele recomendou que Joseph estudasse a época em que viu a fundação da Ordem de Castália bem como a gradual recuperação de Roma após um humilhante tempo de tribulações. Ele também recomendou dois livros sobre a Reforma e o cisma do século XVI, mas o exortou tomar como princípio o estudo das fontes primárias<sup>2</sup> (HESSE, 1969:189).

A posse e a manipulação das fontes de informações são estratégicas para a manutenção ou alteração das relações de poder. Tornar essas fontes acessíveis ao público sempre representou perigo para a ideologia dominante – lembremos a censura que praticava e ainda pratica a Igreja Católica ao longo dos séculos em todos os lugares onde lançou base, ou os arquivos das ditaduras civis militares que assolaram a América Latina em um passado recente.

Negar dessa forma peremptória o acesso às fontes de seu trabalho converte a pesquisa de Lewis em uma obra que se nega à discussão, portanto sem a

---

<sup>2</sup> Tradução livre do inglês por este autor.

verdadeira intenção intelectual de por à prova uma ideia. No vazio aí deixado, outras intenções podem preencher o seu lugar: o poder e a ideologia são sempre os primeiros da fila da apropriação de conhecimento.

Se, de fato, um ensaio interpretativo é o que se pretende neste livro, devemos olhar para algumas implicações históricas do momento no qual a obra foi escrita, em 1950. Dois anos antes, o estado de Israel havia sido fundado com apoio dos Estados Unidos, a potência que se erguia como mais forte, então. Havia necessidade de justificar o novo Estado aos olhos do mundo, que presenciava mais um desdobramento do imperialismo europeu. Ora, no passado, Portugal e Espanha invadiram as regiões do Novo Mundo sob a explicação de que disseminariam o catolicismo pelas novas terras – concomitantemente à produção de ideias sobre os nativos, considerados inferiores e necessitados um guia espiritual.

Immanuel Wallerstein mostra a discussão entre Bartolomé de las Casas, religioso que condenava Igreja e Coroa Espanhola pelas injustiças cometidas contra os ameríndios, e Juan Ginés de Sepúlveda, filósofo que os detratava completamente, tirando deles qualquer capacidade de expressão própria. Para justificar as atrocidades cometidas contra os nativos, Sepúlveda aplica três ideias principais: 1) são tão simplórios que devem ser governados por outros; 2) devem aceitar o domínio espanhol para pagar o pecado da idolatria e do sacrifício humano e 3) impedir que essas calamidades sejam cometidas novamente (WALLERSTEIN, 2007:33-34). Em linhas gerais: são inferiores e incapazes, devem ser governados porque não tem capacidade para tal e como medida preventiva.

Mais tarde, no século XIX e XX, quando França e Inglaterra colonizam e invadem regiões na África e no Oriente, há um debate intelectual com pretensos fundamentos científicos para provar ao mundo a inferioridade de certos povos, o que garantiria a desculpa ideológica para continuar explorando-os em detrimento de sua autodeterminação.

No primeiro capítulo de “Orientalismo”, Said analisa a declaração de Arthur James Balfour, a Declaração Balfour de 1910, na qual o experiente político

inglês atesta toda sua autoridade sobre o Egito (SAID, 2007:61-68). Afirmar que os ingleses conhecem essa civilização melhor que qualquer outra e que o governo que desempenha lá é necessário. Ou seja, imputa à Inglaterra uma missão, se não mais divina, agora civilizatória. Em se tratando de interpretações, essa é a mais pura ótica do imperialismo, a que se vê imbuída de uma tarefa, de um fardo, mas que, ao final do processo, o resultado será positivo. Todos ganhariam algo. Os nativos se beneficiariam de um naco da organização intelectual, política e administrativa europeia em troca de recursos humanos e materiais de seus países. Para o inglês partidário de seu império, isso era um serviço prestado a populações bárbaras.

Quando Lewis escreve seu *Os Árabes na História*, o retrato que pinta dos árabes é um convite conveniente para vê-los e escutá-los somente desde a cômoda posição do imperialismo tardio. Seu arcabouço europeu de análise histórica enquadra sem foco os povos árabes, aprisiona-os em uma câmara hermética, de onde não podem interagir entre eles nem com o mundo. Vocabulário, expressões e o que parece superficial no discurso de Lewis traçam o caminho pelo qual a visão desses povos será conduzida oficialmente. A generalização estática levada a cabo em “Os Árabes na História” contribui, no limite, para continuar ignorando de forma contundente e oportuna a complexidade das sociedades islâmicas e árabes. Associar esses povos à desordem e a uma sanguinolência quase genética agiliza dois objetivos que se complementam no eixo da opressão: exaltar a superioridade da ideologia dominante / desqualificar os mais desfavorecidos na relação de poder.

## 2 – Referencial e Classificação

Ao longo do texto de Lewis, podemos notar um claro referencial europeu de estudos e abordagens históricas. Categorias, termos e temáticas da historiografia Ocidental europeia produzem a sensação de que o autor passa *indiscriminadamente* as informações que interpreta por filtros estanques – úteis

talvez para organizar os processos históricos ocorridos em lugares e tempos específicos.

Porém, observar diferentes processos através da mesma lente, sem fazer adequações e ajustes necessários, pode funcionar como um elemento para subsidiar as relações de poder, já que esse tipo de análise não prevê metodologia que dê conta do diverso mundo que pretende investigar. Nega-se a olhar para outras maneiras de extrair significados e privilegia a continuidade de seu próprio pensamento e conhecimento, porém com outras variáveis, sobre as quais aplica o conjunto de saberes que acumulou ao longo dos séculos.

Desse modo, uma narrativa é construída para se legitimar uma posição política e, ao mesmo tempo, para impedir que surjam outras narrativas capazes de questionar o poder vigente. No entanto e naturalmente, estas surgirão e deverão nos recordar que “a força dos instrumentos postos em ação para impor uma disciplina, uma ordem ou uma representação (do poder, do outro ou de si mesmo) sempre deve confrontar-se com os rechaços, distorções e artimanhas daqueles e daquelas a quem se pretende submeter.” (CHARTIER, 1996:8-9)<sup>3</sup>

Lewis escreve “Os Árabes na História” em um momento em que a disputa pela terra na Palestina acabava de “ser resolvida” pelo novo organismo mundial para mediar disputas entre os países. Com essa atitude, a ONU inaugurava a chancela autoritária e oportunista típica de organismos que servem às potências dominantes. Para disfarçar, ocultar e dissimular essa manobra aos olhos do mundo, a elaboração de uma narrativa forte – mais forte do que outras – era necessária para a construção de significado político e histórico relativo à afirmação do poder.

O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa (SAID, 2001:13).

---

<sup>3</sup> Tradução livre do espanhol por este autor.



É o “fato político bruto” da colonização europeia que viola, matiza e marca toda a produção de conhecimento acadêmico sobre Egito e Índia (SAID, 2007:39). É a realidade a partir da qual aqueles países tiveram seu período moderno fundado. Do mesmo modo isso ocorre com as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul, posteriormente países independentes que não podem ser pensados sem resgatar as tensões geradas pelos processos culturais, políticos e econômicos impositivos vindos da metrópole.

Pensamento semelhante desenvolve o historiador John Charles Chasteen em seu livro *América Latina, uma história de sangue e fogo*. No primeiro capítulo, Chasteen adianta suas intenções:

A América Latina nasceu em meio a sangue e fogo, conquista e escravidão. Portanto, é por aí que devemos começar uma breve introdução à América Latina, indo diretamente ao núcleo da questão, identificando conflitos centrais, sem meias palavras. É precisamente a conquista e sua consequência, a colonização, que criaram o conflito central na história da América Latina. A conquista e a colonização formam o ponto de partida unificado de uma história única, contada aqui com exemplos ilustrativos de vários países. Precisamos de uma história única (CHASTEEN, 2001:15).

Quando Chasteen exorta os intelectuais a buscar uma história única, não sugere que devemos todos partilhar um denominador comum taxonômico para entender a história de cada país, mas que as metodologias de trabalho devem, no caso da América Latina, unir-se para fazer frente às consequências presentes e atuantes da conquista e da colonização. Que a construção de conhecimento precisa levar em consideração como fator primordial e ponto de partida a grande fenda tectônica na história dos povos ameríndios: o encontro com os europeus. É a percepção dessa problemática central que deve ser comum aos que desejam interpretar a América Latina hoje. O resgate histórico desse ponto nevrálgico para a compreensão das dinâmicas políticas, culturais e econômicas nas sociedades deve ser rigoroso, porém não autoritário, capaz de extrair significado histórico de um concerto de cantores poetas latino americanos e, ao mesmo tempo e com igual seriedade, de um repentino câmbio econômico que altere a vida fiscal de uma região.

## 2.1 – Conhecimentos Refutáveis

Um ponto de partida para entender o momento histórico atual dos povos árabes é, sem dúvida, o imperialismo britânico e francês. Este trouxe alterações radicais nas relações de poder, criou crises de autoridade e rápidas substituições e articulações de novas formas de poder. Em meio a esse caldo de transformações, um arcabouço teórico de investigação foi erigido; como produto direto daquele momento político (mas não somente), esse conjunto de ideias orientalistas pode ser analisado de maneira alternativa se mantivermos em mente

[...] menos a verdade política bruta, mas o detalhe, como na verdade o que nos interessa em alguém como Lane, Flaubert ou Renan não é a verdade (para ele) indiscutível de que os ocidentais são superiores aos orientais, mas as marcas profundamente elaboradas e moduladas do seu trabalho no interior do espaço muito amplo aberto por essa verdade (SAID, 2007:45).

Uma análise que privilegie os meandros dos espaços abertos pelas verdades políticas brutas terá sempre a chance de observar as resistências aos poderes, e não ficará isolada em afirmar uma hegemonia infalível – o que leva inevitavelmente ao pessimismo e à imobilidade. Ao deparar movimentos sociais que enfrentam o autoritarismo, o estudo acrescentará mais críticas (vindas do cotidiano, portanto de forte legitimidade histórica) ao sistema de poder, o que certamente eleva o nível de complexidade das questões.

## 2.2 – O Texto

Em análise ao texto *Os Árabes na História*, o leitor encontrará anacronismos bizarros em termos como “revolucionário comunista”, categoria social europeia aqui aplicada a sociedades absolutamente não europeias – no caso, em um dissidente religioso persa do século VI. No entanto, lembremos que o livro de Lewis saiu em 1950, e que a essa época o Macartismo atingia seu ponto alto nos EUA; ser um comunista, ou pior, um comunista *revolucionário*, era ser um pária, um não desejado, o verdadeiro inimigo do Estado, já que inimigo do sistema capitalista.

Imputar uma categoria de pensamento elaborada no século XIX a um personagem do século VI é no mínimo problemático, pois transporta para um tempo passado o resultado de processos que ainda não tinham sequer começado àquela época. Pouco importa se o que pregava Mazdak, o dissidente religioso, assemelhava-se a aspectos da doutrina socialista científica. Lewis impôs sua experiência e sua vivência como historiador a um período que não é o dele, transpôs barreiras delicadas em nome de uma associação.

Embora o anacronismo seja reconhecido facilmente por qualquer leitor, o exercício de se debruçar sobre a escolha deste e de outros termos e discursos deve ser levado a cabo, pois

... o Oriente e o Ocidente são fatos produzidos por seres humanos e como tal devem ser estudados como componentes integrantes da natureza social, e não divina ou natural, do mundo. E uma vez que o mundo social inclui a pessoa ou sujeito que faz o estudo, assim como o objeto ou domínio que está sendo estudando, é imperativo incluir ambos em qualquer consideração do orientalismo (SAID, 2003:62).

No capítulo IV, O Reino Árabe, sobre a ascensão da dinastia Omíada, Lewis atribui características aparentemente natas ao nomadismo: indisciplina e *anarquismo*.

A administração do império encontrava-se descentralizada e desorganizada, e o ressurgimento do anarquismo e da indisciplina nómada, agora já não refreado por qualquer vínculo religioso ou

moral, conduzira a uma instabilidade e falta de unidade generalizadas (LEWIS, 1990:75).

Outro anacronismo de mesma estirpe da do anterior, mas dessa vez o problema interpretativo se acentua. Primeiro, temos a associação na mesma frase entre a indisciplina e a anarquia, termos que, aos olhos de um escritor engajado a favor do *establishment*, soam da mesma maneira. Juntas a indisciplina e a anarquia teriam levado à instabilidade. É notável o filtro pelo qual passa o modo de pensar de Lewis: um mundo em que qualquer forma de desorganização é indisciplina, que a contestação de paradigmas leva ao caos; em outras palavras, uma realidade que deve assistir calada aos ciclos de poder da ideologia dominante. Em uma análise do presente esse embuste já seria grave, por desconsiderar completamente a possibilidade de analisar movimentos anárquicos recentes como formas organizadas de contestação ao poder. Porém é ainda mais assustadora a imposição desse modo binário de pensamento a uma realidade diversa e *já ocorrida*.

Além disso, como temos *indisciplina* igual a desordem, ou melhor, a desorganização, Lewis retira dos nômades, sem grandes debates, a capacidade para se organizar. É um argumento equivocados, pois o nível de organização desses personagens é o que justamente garantiu sua atuação histórica.

Note-se que a ideia de pensar o nomadismo como uma estrutura social desorganizada não é um fim, mas um meio para afirmar que o ressurgimento de certos atributos (indisciplina e anarquia) teria aumentado a desordem e a instabilidade. Portanto, o conhecimento em vias de construção é seriamente comprometido por um argumento elaborado a partir de uma análise pouco consistente.

Classificar nômades como seres desorganizados e desordeiros é também retirar-lhes a capacidade de produzir significado para suas ações, o que torna o cerceamento de sua autodeterminação – ou de outras sociedades ligadas a eles – aceitável aos olhos ocidentais.

Esse tipo de processamento de dados está presente ao longo de diversos capítulos, o que gera preocupação com o teor epistemológico das conclusões e seus consequentes usos práticos.

No entanto, essas aproximações teóricas tem sido submetidas, desde os anos 1980, a avaliações críticas de longo alcance e tem se mostrado afiliadas a um esquema Orientalista desatualizado. Essas avaliações consequentemente mudaram o debate para um nível diferente, em que explicações mais sofisticadas entraram em cena (CHOUERI, 2005:2).<sup>4</sup>

Outro nome associado ao estudo do tema, Albert Hourani, nos apresenta nômades um pouco diferentes:

O equilíbrio entre os povos nômades e sedentários era precário. Embora fossem uma minoria da população, eram os nômades dos camelos, móveis e armados, que, juntamente com os mercadores das aldeias, dominavam os lavradores e artesãos. (HOURANI, 2007: 27)

ou

O *ethos* característico deles – coragem, hospitalidade, lealdade à família e orgulho dos ancestrais – também predominava. Não eram controlados por um poder de coerção estável, mas liderados por chefes que pertenciam a famílias em torno das quais se reuniam grupos de seguidores mais ou menos constantes [...] (HOURANI, 2007:27)

Embora se refira aos nômades lançando mão de ideias realmente suspeitas do ponto de vista científico – *ethos* de coragem e orgulho – Hourani insere-os em um mundo real. Sua atitude em relação a eles já nos mostra o câmbio de mentalidade descrito por Choueiri.

No primeiro trecho, vemos claramente uma relação de poder entre nômades e mercadores de um lado e, de outro, lavradores e artesãos. Já existe *movimento* nessa história; o retrato começa a se converter em filme; o historiador analisa mais e contempla menos.

---

<sup>4</sup> Tradução livre do inglês por este autor.

Tampouco é verdade que Hourani explora melhor essa relação de poder; ele relata a existência dela, mas não pensa nas tensões geradas por esse contexto. No entanto, o segundo trecho toca novamente na questão do poder, não mais dizendo quem os nômades submetem, mas por quem são liderados. Há diferenças hierárquicas entre “controlados” e “liderados”. Hourani deixa um pouco mais complexa a ideia de dominação simples e faz entrar em cena as explicações mais sofisticadas, como sugeriu Choueiri.

### 2.3 – Violência, Natureza Humana e Política

O capítulo V, O Império Islâmico, inicia uma explicação sobre a chegada dos Abássidas ao poder. Embora Lewis fale da importância de se olhar para esse período como uma revolução, as matizes com que *retrata* o processo são reveladoras.

É na insatisfação socioeconômica da população urbana menos favorecida, designadamente dos mercadores e artesãos mawali que proliferavam nas praças fortes fundadas pelos Árabes, que a força impulsionadora deve ser procurada. O fim das guerras de conquista, única atividade produtora da aristocracia árabe, classe dominante do reino omíada, veio tornar essa classe historicamente redundante [...] (LEWIS, 1990:94).

Além dos anacronismos usuais (*aristocracia*, *reino*), um novo tema é colocado discretamente em questão: a violência. A guerra é vista como a atividade mais importante do grupo dominante árabe, ou até mais do que isso, pois é ainda antes produtora. Desse modo, por ser a guerra sempre violenta, a violência é conectada indiretamente a uma atividade que produz: escravos, territórios, poder. É o sustento direto de um povo ligado à prática da violência – tema que debateremos brevemente.

Sobre mudanças político econômicas no califado Abássida, Lewis escreve:

A casta de guerreiros árabes fora deposta. Perdera os benefícios concedidos pelo tesouro público e antigos privilégios. A partir de agora os cronistas árabes só muito raramente se referem aos feudos tribais dos Árabes. Isto não significa que sua violência tenha diminuído, porquanto ainda no século XIX veremos os descendentes de Qais e de Kalb engalfinhados, na Síria (LEWIS, 1990:106).

A perspectiva histórica de longa duração que nos apresenta o autor é de uma série de eventos, aparentemente violentos por natureza, que se desenrolam sem mudanças significativas até século XIX, quando ainda descendentes de tribos se engalfinham na Síria. Com uma elipse histórica de pelo menos dez séculos, nos é relatado como os árabes eram e *ainda* são violentos. O desenrolar histórico é convertido num bloco liso, sem acidentes que tragam quaisquer obstáculos para a interpretação desejada.

Deixando um pouco de lado as transposições diretas de categorias, como *feudos*, também chama atenção o termo empregado por Lewis para retratar os conflitos entre os descendentes de Qais e Kalb: estão *engalfinhados*. Em uma análise preliminar, o dicionário Houaiss define engalfinhar como: tentar agarrar; apanhar ou segurar (o exemplo de uso é “engalfinhar o desafeto”); atracar-se em luta corporal; por metáfora: empenhar-se em debate, discussão, altercação (HOUAISS e VILLAR, 2001:1147). No contexto do desentendimento dos descendentes, fica evidente que o uso de engalfinhar-se não se refere ao uso metafórico sugerido pelo dicionário. A prova é que o termo entra em cena para completar uma ideia de perpetuação de violência física entre os árabes.

Os descendentes das tribos ainda no século XIX se atracam, querem engalfinhar o desafeto; parece uma briga de crianças, ou melhor, de pessoas loucas que se atracam pelo prazer de se atracar. É tudo puramente físico e animalesco; o motivo, sem importância, não entre em questão. Mas o leitor perguntar-se-á em algum momento: por que brigam esses grupos de pessoas? A explicação de Lewis não dá conta de explicar a situação, não porque não conseguiria, mas porque prefere negligenciar a crítica ao não discutir os impactos do imperialismo ocidental na Síria. Possivelmente uma análise mais detida daquele momento político revelaria mais do que engalfinhamento de

longa duração. Este, aliás, ajuda a solidificar a imagem de povos árabes violentos, ideia já tão verdadeira quanto sua extensão no tempo permite afirmá-la como natural.

Lewis, como Hourani, contribui para a construção de um *ethos* árabe. A violência árabe entra com força no quadro de atributos naturais daqueles povos.

O problema do *natural* é que ele não pode ser discutido, posto que é característica imutável. Não é um atributo social, mas uma essência; não deve ser questionado, mas aceito. As forças que atuam nesse cenário são opressoras de todos os pontos de vista. De um lado, a construção do árabe violento é feita por vias da literatura, do cinema, entre outras, que constituem finalmente atitudes políticas, já que influenciam sistematicamente a maneira como um grupo é visto e a posterior interação com ele. De outro lado,

Os conceitos de democracia e de direitos humanos, de superioridade da civilização ocidental – porque baseada em valores e verdades universais – e de inescapabilidade da submissão ao “mercado” são apresentadas como ideias evidentes por si sós. Mas elas não são nada evidentes. [...] precisam ser analisadas com atenção e despidas de seus parâmetros noviços e não essenciais para que sejam avaliadas com sobriedade [...] (WALLERSTEIN, 2007:28).

*Os Árabes na História* não é um texto que se presta a analisar com atenção as *ideias evidentes* – pelo contrário, ele pretende afirmá-las com um grau elevado de erudição.

Na esteira da construção do natural, Lewis caracteriza mais traços da história árabe:

A memória do próprio Abu Muslim foi igualmente invocada muitas vezes pelos rebeldes persas que se reclamavam seus herdeiros e clamavam vingança contra os Califas que o haviam traído (LEWIS, 1990:116).

A figura histórica a que se refere é Abu Muslim, articulador fundamental da revolução Abássida na metade do século VIII, assassinado por motivos de

interesse político após a revolução. Mas, ao invés de se debruçar sobre as consequências da subida dos Abássidas ao poder, o autor prefere pintar uma imagem que ressalta a traição dos califas contra Abu Muslim e o clamor de vingança por parte dos persas. A traição e a vingança, da maneira como estão presentes na ideia geral do texto, são figuras que aproximam a análise proposta a olhares mais apaixonados sobre a História.

Embora fale de processos políticos complexos, como a revolução Abássida, Lewis apenas tange a possibilidade de explorar os desdobramentos dos eventos. Sua narração, ao naturalizar o que é social, retira as discussões do campo político. É o *ethos* que aparentemente baliza as ações humanas. Então, a história de certos agrupamentos humanos seria fácil de contar, já que uma via central de ações, baseada em algumas naturezas humanas imutáveis (“violência”, “coragem”, “paixão”, etc..) definiria variáveis ilustrativas – aliás, prontas a ser retratadas, enquadradas, exibidas.

Longe de situar as ações sociais, seja do califado, dos persas ou de indivíduos no campo de estudos políticos, Lewis deixa-os soltos, esperando uma organização numérica, cronológica ou por qualquer outro padrão taxonômico que evite conferir autodeterminação aos sujeitos históricos.

Ora, os processos decorrentes do imperialismo no século XIX são extremamente violentos, mas produzidos por europeus brancos. O paradigma da Razão e do Progresso inscreve os atos de violência em uma perspectiva política, econômica e cultural. Desse modo, o estudo dessas sociedades permite inserir a violência em uma análise histórica. Porém, nas sociedades descritas por Lewis, a violência é algo naturalizado; ainda que os que lancem mão dela tenham razões políticas para tal, fazem-no primeiramente porque é um instinto. Mais do que o tema da discussão, esse *detalhe* é um pressuposto teórico para a realização de estudos de variadas espécies.

Por outro lado, visões como a do historiador Jonathan Berkey ajudam a colocar os acontecimentos sob perspectiva histórica. A revolução é vista em continuidade de suas ramificações: religião, contato com a nova tradição iraniana, reorganização da sociedade.

Ainda, se olharmos para os eventos com uma visão de maior alcance, é possível ver na revolução Abássida um passo, um entre muitos, em direção à gradual reorientação da civilização Islâmica, em direção a um aprofundamento do espírito ecumênico do Islã e, em particular, do abarcar mais entusiasta de elementos da tradição iraniana<sup>5</sup> (BERKEY, 2003:106).

O balanço dos primeiros tempos Abássidas também nos mostra disposição por parte de Berkey para entender o núcleo social dos eventos, e não somente as interpolações de variáveis imaginárias.

Desses modos tentaram os Abássidas resolver a tensão criada pelas diversas expectativas daqueles que apoiaram o movimento. Claro que eles não foram inteiramente exitosos: as expectativas radicais e os sonhos milenaristas que os eventos convulsivos do primeiro século do Islã levantaram entre muçulmanos e não muçulmanos não podiam ser tão facilmente descartados e continuariam a moldar experiências religiosas do Oriente Próximo por algum tempo. Mas de uma perspectiva interna muçulmana, o sucesso político dos Abássidas preparam o cenário para uma articulação mais precisa entre o Islã Sunita e o Xiita (BERKEY, 2003:109).

Existe um fio narrativo preocupado com as tensões criadas por diferentes expectativas dos que participaram da revolução. Há um governo que lida, negocia, barganha com esses grupos sociais. As demandas, legítimas ou não, não podem ser simplesmente descartadas. A relação de poder ganha ares mais complexos, pois ações que, sob outras perspectivas, seriam diretamente impositivas, agora são passíveis de resistência. A movimentação daqueles que atuaram junto ao poder mais forte precisa ser levada em consideração. O caráter de experiência dos eventos (no caso o religioso) torna todos capazes de vivenciá-los e, portanto, produzir testemunhos e ganhar voz própria como fonte histórica.

Traços como a violência são encarados como naturais ao próprio desenvolvimento histórico, e não mais a sociedades específicas. Assim, vistas nessa perspectiva, as características propostas pelo historiador devem ser articuladas com uma narração mais abrangente e coesa, se o profissional quiser explicá-las de modo mais completo e crítico. Assim, ao tentar atribuir mais significados ao cerne dos processos históricos, frustra-se o olhar

---

<sup>5</sup> Tradução livre do inglês por este autor.

propositalmente viciado que incide sobre as variáveis e atribui-lhes naturalidade.

O novo traçado da historiografia sobre os árabes que, segundo Youssef Choueiri, ganha força desde a década de 1980, ajuda a eliminar longas especulações sobre as variáveis que, convém explicar, aqui são vistas como as figuras retóricas dos discursos orientalistas (SAID, 2011:11), que geram tipificações como o Oriente misterioso ou violento. “Retóricas” porque são afirmações que não esperam contestação ou resposta, não são feitas para enriquecer o debate, mas para trabalhar, rebuscar, sofisticar a visão que o próprio Ocidente tem do Oriente.

Outra atitude interessante de Berkey é sua postura em relação à dificuldade de se trabalhar com fontes históricas relativas aos Abássidas.

Quem exatamente eram os Abássidas e qual a natureza de sua revolução? Uma palavra preliminar de precaução é necessária. É difícil reconstruir a narrativa e o significado do movimento Abássida por conta da natureza das fontes. Porque a maior parte delas é muito tardia e reflete os pontos de vista de gerações posteriores (BERKEY, 2003:103).

O autor compartilha com o leitor sua experiência de pesquisador, coloca-o a par dessa dificuldade metodológica. De fato a palavra preliminar de precaução é necessária. Precisa-se avisar as pessoas de que este trabalho (mas de maneira geral todos que envolvem fontes históricas) está sujeito a dificuldades desse porte. Berkey não omite as fontes. Alerta o leitor para a responsabilidade de apurar prudentemente seu material de pesquisa.

### 3 – Considerações Finais

A análise de alguns trechos do trabalho de Lewis nos mostra o perigo da continuidade de linhas investigativas como a sua. Embora seu trabalho seja apresentado com erudição, os pressupostos teóricos para suas principais ideias estão fundados nas figuras retóricas do Orientalismo – o que traça um caminho de pesquisa sem direção crítica. No entanto, isso não quer dizer que o



material de Lewis não deva ser estudado. É uma produção científica reveladora das intenções da ideologia dominante (todas as produções científicas são), portanto entendê-la é compreender melhor a maneira que opera o Orientalismo, ou seja, como ele

É, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); [...] (SAID, 2007:41)

Além disso, algumas obras orientalistas, como a de Lane, *Manners and Customs of the Modern Egyptians*, vão além do “simples reflexo da ideia de superioridade racial” (SAID, 2007:44). Ou seja, o resultado de algumas pesquisas de cunho orientalista pode ser usado como fonte para construção de conhecimento crítico.

Said, na *Questão da Palestina*, faz uso de relatos de viagem de conhecidos orientalistas para atestar a presença de pessoas naquela região do Oriente Médio – uma contestação aos sionistas que alimentam a ideia de uma terra sem povo para um povo sem terra. “Basta ler qualquer relato de viagem pelo Oriente do século XVII ou XIX – Chateaubriand, Mark Twain, Lamartine, Nerval, Disraeli – para encontrar registros de habitantes árabes na terra da Palestina.” (SAID, 2011:10)

Entender o posicionamento ideológico de Lewis em *Os Árabes na História* é contribuir para o leque de respostas possíveis à pergunta que nos faz Said: “que outras espécies de energias intelectuais, estéticas, eruditas e culturais entraram na elaboração de uma tradição imperialista como a orientalista?” (SAID, 2007:44). Que recursos intelectuais são utilizados como ferramenta de opressão? Formular questionamentos que tentem responder a essas perguntas é uma forma de enfrentamento político, já que tenta iluminar eventos convenientemente escondidos, reduzidos, alterados pelo poder do mais forte.

O Sionismo, que vê e faz ver os árabes como “sinônimo de degradação, medo, irracionalidade e brutalidade” (SAID, 2011:100) tem bases teóricas que presidem sua relação de poder com palestinos. E

a dominação, ao contrário do mero contato, não tolera ideias de paridade cultural. O dominante precisa sentir que se justifica moral e historicamente como grupo dominante e principal receptor do excedente econômico produzido dentro do sistema. (WALLERSTEIN, 2007:65)

O discurso produzido por Lewis e por outros orientalistas toca em questões do imaginário ocidental sobre o Oriente. Ao longo dos anos, muitos desses discursos ganharam respeito e credibilidade – por isso, quando trabalhados com habilidade, são capazes de autorizar ou desautorizar ações de porte militar e econômico, que afetam direta e rapidamente a vida das pessoas.

Daí a necessidade de se revisar os textos. Os desmandos do poder intelectual rapidamente se convertem em desastres para populações em todas partes do mundo.

Desconstruir narrativas autoritárias, como a de Lewis, é um exercício que se dá no âmbito de práticas libertárias do conhecimento, em que a necessidade de cada grupo humano falar por si é mais do que um direito, é uma urgência.

### **Referências Bibliográficas**

BERKEY, Jonathan Porter. *The Formation of Islam: Religion and Society in the Near East, 600-1800*. New York: Cambridge University Press, 2003.

CHARTIER, Roger. *Escribir las Practicas*. Tradução para o espanhol de: Horacio Pons. Buenos Aires: Manantial, 2006.

CHASTEEN, John Charles. *América Latina Uma História de Sangue e Fogo*. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

CHOUEIRI, Youssef M. (editor). *A Companion to the History of the Middle East*. Malden: Blackwell, 2005.

HESSE, Herman. *The Glass Bead Game*. Tradução para o inglês de: Richard e Clard Winston. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1969.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.



HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*. Tradução: Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa, 1990.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. Tradução: Beatriz Medin. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.